

Emigração e Colônias no Terceiro Império Português

Paulo Cesar Gonçalves*

Resumo

Esta comunicação apresenta alguns caminhos de pesquisa para se compreender em que medida a constituição do Terceiro Império português, no quadro do grande êxodo que caracterizou a Europa mediterrânea a partir das últimas décadas do século XIX, colocou em pauta a questão da emigração – deslocamento de contingentes populacionais para África e a importância do Brasil como destino e principal fonte das remessas dos emigrados – e sua relação com as estratégias de desenvolvimento econômico do país.

A Grande Emigração Europeia

O século XIX foi uma gigantesca máquina de desenraizar homens e mulheres do meio rural europeu¹. Talvez o termo que melhor caracterize esse período seja “movimento” – não apenas de pessoas, mas também de mercadorias, ideias e capitais: fenômeno apoiado na revolução dos transportes e das comunicações, que encurtaram distâncias ao diminuir verticalmente os tempos dos percursos.

Por outro lado, o Oitocentos, que em parte testemunhou, sob a égide da Inglaterra, o triunfo do livre-cambismo – em oposição às antigas práticas mercantilistas que visavam o monopólio comercial entre colônia e metrópole – também foi palco, já nas últimas décadas – em virtude da industrialização de outros países europeus – da intensificação da disputa por mercados para colocação de produtos, aplicação de capitais excedentes, além da busca de áreas fornecedoras de matérias-primas.

Nesse período, as grandes potências europeias entraram em acirrada disputa pela partilha da África. Essa concorrência pela anexação de colônias, uma das faces marcantes do imperialismo, chama atenção em dois aspectos. Por um lado, refletiu a nova conformação de forças no velho continente, onde, sobretudo a Alemanha, fortalecida economicamente, passou a reivindicar porções do território africano. Por outro, intensificou as rivalidades e a política de ocupação preventiva, cujo objetivo principal não era outro senão garantir a maior fatia de terras em extensão e/ou em posição geográfica estratégica.

Apoiadas em novas tecnologias – navios a vapor, ferrovias, armamentos de guerra – e no poder da diplomacia, as potências europeias retalharam rapidamente o mapa africano. Se até o final da década de 1870 as possessões na África eram relativamente poucas e

* Doutor em História Econômica (FFLCH/USP) e Pós-doutorando da Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH/USP).

¹ Eric J. Hobsbawm. *A era do capital*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 274.

limitadas ao litoral, em 1900, praticamente todo o continente já se encontrava dividido e controlado por alguma nação do Velho Mundo, sobretudo Inglaterra, França e Alemanha²; as exceções eram Libéria, Marrocos, Líbia e Etiópia³.

Portugal, detentor histórico de alguns enclaves fornecedores de escravos nas costas ocidental e oriental da África, em meio a essas disputas, tentou colocar em prática seu “mapa cor-de-rosa”, reivindicando as terras entre Angola e Moçambique⁴. A estratégia afrontava diretamente aos interesses da Grã-Bretanha que, com o *ultimatum* de 1890, acabou com qualquer pretensão portuguesa de um império contíguo no centro do continente. Isso, no entanto, não impediu que restassem ao reino ibérico grandes possessões após a definição das fronteiras dos dois territórios, as quais, porém, sempre apresentaram dificuldades para serem efetivamente ocupadas e exploradas⁵.

Na América, já constituída, em sua imensa maioria, por países independentes – após a desintegração dos impérios português e espanhol, no início do século XIX – e sob influência do poder continental dos Estados Unidos, o caminho trilhado foi diverso. Integrado à Europa há séculos e um dos pontos-chave da acumulação de capitais, o continente americano, livre dos jugos das antigas metrópoles, passou a desempenhar outro papel: com acentuada carência de mão-de-obra a obstar seu desenvolvimento em grande parte financiado por capitais externos, recebeu enormes contingentes populacionais que não encontravam ocupação no Velho Mundo.

O Novo Mundo que, até o século XVIII, apresentou padrão de imigração relacionado às populações dos países colonizadores e à importação de escravos africanos, sofreu alterações em seu modelo migratório no Oitocentos. Além da emancipação das colônias, a abolição da escravidão e a expansão capitalista estimularam ampla generalização da imigração europeia. Isso foi possível porque, simultaneamente, mudanças

² As pretensões da Bélgica na África se concretizaram com a criação do Congo Belga, propriedade pessoal do rei Leopoldo II.

³ A Líbia foi invadida em 1911 pela Itália como resultado de um acordo com Espanha, Inglaterra e França para subdividir a parcela ainda não subjugada do Norte da África. O Marrocos foi dividido em 1912 entre França e Espanha, a quem coube a região do Estreito de Gibraltar. A Etiópia seria conquistada apenas em 1935, após sete meses de batalha, quando Mussolini concretizou o principal objetivo do sonho expansionista italiano na África.

⁴ Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. p. 6; John M. Mackenzie. *The partition of Africa, 1880-1900*. Londres: Methuen & Co., 1983. pp. 21-22.

⁵ Em África, o império português manteve Angola (mais de 1.200.000 Km²), Moçambique (783.000 Km²); Guiné (36.000 Km²) e as ilhas atlânticas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. No Oriente, restaram apenas vestígios do antigo império: Goa, Damão, Diu, Macau e Timor. Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000. pp. 181-182.

econômicas e demográficas na Europa – primeiro na setentrional, depois na mediterrânea – e o aumento da integração da economia mundial liberaram contingentes significativos de populações dispostas ou obrigadas a emigrar⁶.

Nos Estados Unidos, já em fins do século XVIII, a chegada dessas populações não era novidade. Foi no século seguinte, porém, que a nação começou a receber contingentes significativos de europeus do norte, originários da Grã-Bretanha, sobretudo da Irlanda. Em franca expansão econômica, tanto agrícola quanto industrial, as oportunidades se abriram para os excedentes populacionais do velho continente que “liberava” cada vez mais levas de trabalhadores: na década de 1820, cerca de 14 mil por ano; nos anos de 1830, a média subiu para 58 mil; na metade do século, superou os 250 mil imigrantes anuais. A partir de então, fluxos de alemães, suíços e escandinavos juntaram-se ao britânico, canalizando-se para o mesmo destino e conferindo ao movimento transoceânico, especialmente após 1870, a característica de verdadeiro êxodo de massa⁷.

Ao sul, outros países americanos, sobretudo Argentina, Brasil e Uruguai, também entraram no circuito migratório europeu. O ápice desse movimento veio com a chamada *new immigration*⁸, estabelecida por volta dos anos de 1880, quando a primeira onda, caracterizada pelos europeus do norte, arrefeceu. O contingente de novos emigrantes era formado por italianos, espanhóis, portugueses, e, em menor escala, eslavos. A maior diversificação do destino correspondeu, por um lado, às características de cada grupo e, por outro, às oportunidades surgidas e à política de imigração empreendida por parte dos países

⁶ A população europeia mais que triplicou entre 1800 e 1920, passando de 144 para 486 milhões. O ápice do crescimento se deu entre 1870-1880, exatamente no período em que teve início o *boom* emigracionista. José Jobson de Andrade Arruda. “A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização”. Fernando de Sousa; Ismênia Martins; Conceição Meireles Pereira (orgs.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES; Afrontamento, 2007. pp. 13-40.

⁷ Eric J. Hobsbawm. *A era do capital*. *op. cit.*, pp. 272-273.

⁸ Sobre a classificação “nova” e “velha” emigração, Gould assinala que seria prematuro concluir, como fazem alguns autores, que não existem evidências empíricas fundamentais que justifiquem tratamento diferenciado entre uma e outra. Em sua opinião, no mínimo, as diferenças cronológicas e de padrão de migração intercontinental entre as duas áreas sugerem que, mesmo sob a influência do fator trabalho, ambas necessariamente operaram de formas distintas no tempo e no espaço. J. D. Gould. “European inter-continental emigration 1815-1914: patterns and causes”. *The Journal of European Economic History*. Roma, v. 8, n. 3, 1979. p. 628. Baines aponta um aspecto interessante como reforço a essa ideia, ao observar que italianos, espanhóis e portugueses constituíram-se em exemplos representativos da *new immigration* que aportou nos Estados Unidos desde o final do século XIX até o início da Primeira Guerra. Ou seja, as migrações de grupo ligadas à colonização, à agricultura e com origem na Europa do norte, deram lugar a migrações de caráter individual, destinadas ao trabalho na indústria, cuja característica era a maior tendência ao retorno. Dudley Baines. *Emigration from Europe, 1815-1930*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1991. No entanto, deve-se ter em conta a dificuldade em se generalizar essa característica para outras regiões pela complexidade desse fluxo. A vinda de famílias de imigrantes para o Brasil, sobretudo São Paulo, é um exemplo dessa diversidade.

interessados nessa mão-de-obra⁹. Os efeitos desse massivo fluxo nas sociedades de origem repercutiram segundo suas especificidades, mas devem ser entendidos dentro do quadro mais geral de integração econômica e transferência de mão-de-obra sob os novos parâmetros impostos pela consolidação do capital financeiro¹⁰.

Portugal e a Emigração

A partir da segunda metade do Oitocentos, o fluxo migratório de portugueses apresentou números significativos, atingindo, no século seguinte, seus maiores índices – ao menos até o início da Primeira Guerra. As estatísticas possuem continuidade cronológica desde 1855 em virtude dos dados compilados por Rodrigues de Freitas (1855 a 1865) e das publicações oficiais iniciadas com o inquérito parlamentar sobre a emigração em 1873. Segundo essas fontes, entre 1855 e 1914, as saídas totalizaram mais de 1,3 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo¹¹.

Em relação ao fluxo transoceânico, o Brasil sempre figurou como destino principal, recebendo 82,3% dos emigrantes, bem à frente dos Estados Unidos (15,3%) e da Argentina (2,4%). As porcentagens foram calculadas com base nas estatísticas americanas, que

⁹ A discussão na historiografia sobre a importância dos fatores de atração e repulsão ainda não apresentou um denominador comum. No entanto, parece difícil dissociar um do outro e deixar de lado a ideia de que ambos são complementares, sendo o peso relativo de cada um determinado pelo momento histórico atravessado pelas economias transatlânticas envolvidas. José Jobson de Andrade Arruda. *op. cit.* Sánchez-Albornoz, em crítica à teoria do *push and pull*, atribuída à historiografia anglo-saxônica, observa que “La mente del emigrante concilia, en cambio, las razones que se le ofrecen para dejar el país y las que le llevan a elegir destino. Nunca vienen solas, aunque en ocasiones pesan más unas que otras. Una llamada a filas o una hambruna pueden convertirse, en determinado momento, en factor desencadeante de la ausencia; una oferta tentadora puede, por el contrario, decidir una partida no anhelada”. Nicolás Sánchez-Albornoz. “Medio siglo de emigración masiva de España hacia América”. *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. p. 24.

¹⁰ “Esta constatação tem dois desdobramentos extremamente importantes para o entendimento da emigração europeia: a incorporação de procedimentos tecnológicos cada vez mais avançados significava o aumento da produção com menor número de trabalhadores, reduzindo a massa salarial paga e ampliando os lucros dos empresários, gerando desemprego e miséria; a destruição sistemática da tradicional produção artesanal e manufatureira, das formas corporativas de organização do trabalho, cujo resultado era a migração de trabalhadores dos setores tradicionais para os modernos, inflando a oferta de trabalho e reduzindo ainda mais a possibilidade de elevação dos salários. (...) pode-se imaginar o impacto desta transformação, seja pela pressão que será exercida sobre a terra, seja pelas tensões sociais inevitáveis”. José Jobson de Andrade Arruda. *op. cit.*

¹¹ Joaquim da Costa Leite. “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXIII, n. 97, 1987. p. 463. As publicações são as seguintes: J. J. Rodrigues de Freitas. *Notice sur le Portugal*. Paris, 1867; *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa, 1873. Sobre a confiabilidade das estatísticas em relação aos números oficiais e à emigração clandestina ver Joaquim da Costa Leite. *op. cit.* Para análise divergente, que apresenta as estimativas da emigração clandestina ver Maria Ioannis B. Baganha. “Uma Imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXVI, n. 112/113, 1991. pp. 723-739. Uma crítica mais pontual à comparação das estatísticas realizadas por Costa Leite encontra-se em Miriam Halpern Pereira. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002. pp. 102-106.

apresentam algumas diferenças em relação à portuguesa em consequência dos critérios de registro adotados em cada país e da emigração clandestina¹².

O volume menor da emigração portuguesa para o ultramar africano inseriu-se no quadro acima delineado, em que o tradicional fluxo para o Brasil sempre prevaleceu. Dentre os motivos dessa preferência podem-se destacar, além dos laços históricos com a ex-colônia, as possibilidades econômicas de melhora de vida, que geralmente se expressavam nas remessas monetárias para a terra natal, e a ativa política de imigração brasileira, sobretudo a paulista, que objetivava incentivar a vinda de braços para a lavoura.

O governo português, no entanto, esforçou-se para manter vivo o destino colonial africano, muitas vezes legislando sobre o assunto, contando, inclusive, com o apoio da Câmara dos Deputados. Em 1849, ainda no calor da repercussão dos fatos ocorridos contra portugueses residentes em Pernambuco durante a Revolução Praieira, o parlamento aprovou a criação de uma colônia agrícola na região angolana de Moçâmedes para recebê-los. Poucos anos depois, buscou-se, sem sucesso, fixar colonos nos planaltos do sul de Angola para enfrentar a falta crônica de trigo em Portugal¹³. Essas tentativas, porém, não eram inéditas. Desviar, ao menos parcialmente, a emigração portuguesa do Brasil para a África já fazia parte do projeto de Sá da Bandeira na década de 1830, na expectativa da passagem progressiva do trabalho escravo para a mão-de-obra livre nas colônias.

A prevalência e o contínuo aumento geral da emigração para o Brasil deram origem ao inquérito parlamentar de 1873, cujo objetivo era estudar as causas e estabelecer políticas de ação em relação ao fenômeno. Inspirada nos resultados do estudo, a lei de 28 de março de 1877 visava estimular o retorno transoceânico e desviar a emigração para a África, explicitando a preocupação com o desenvolvimento das colônias no ultramar¹⁴.

A intenção de fixar colonos como proprietários agrícolas estava explícita no texto. O governo ficava autorizado a despender as somas necessárias para transportar às possessões africanas os indivíduos que para lá quisessem ir com o compromisso de residir

¹² Joaquim da Costa Leite. "Emigração portuguesa: a lei e os números". *op. cit.*, p. 480, Apêndice n. 2. Godinho, baseado em estatísticas portuguesas apresenta os seguintes números: "Dos que emigram em 1880-1888, dirigem-se para o Brasil mais de 85%, para as restantes Américas 7,2% (sendo 4% para os Estados Unidos, 2% para a Argentina, e o que sobra para a Guiana Inglesa), para a Oceania 2,6%, para a Europa e Ásia 2%, para a África Portuguesa 3%". Vitorino Magalhães Godinho. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971. p. 37.

¹³ Gervase Clarence-Smith. *O Terceiro Império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985. p. 71.

¹⁴ Miriam Halpern Pereira. *op. cit.*, pp. 81-82.

por pelo menos cinco anos, fornecendo-lhes os meios para o primeiro estabelecimento agrícola nas terras concedidas.

Alguns anos mais tarde, o governo português, atento à criação de uma colônia de dissidentes bôeres em terras angolanas, empreendeu grande esforço para recrutar famílias pobres por todo o reino a serem enviadas para o sul de Angola, com o intuito de fazer frente a essa comunidade estrangeira. Para Perry Anderson, essa colonização dirigida e administrativamente financiada criou importante precedente, mas seu resultado imediato não foi muito brilhante¹⁵.

O regulamento de 16 de agosto de 1881 foi mais generoso que o de 1877. Além da concessão de terreno, estabelecia passagem gratuita, abono de 30\$000 e fornecimento dos instrumentos e sementes necessários aos trabalhos agrícolas. Em relação à proteção do emigrante, foram criadas juntas permanentes da emigração em cada uma das províncias da África portuguesa para promover o emprego de todos, velar pelo cumprimento dos contratos de prestação de serviços, incentivar a criação de associações de socorros mútuos, acomodar provisoriamente o emigrante nos primeiros dias e providenciar repatriações por motivo de doença.

Todo esse aparato legal, no entanto, não conseguiu fomentar de imediato os tímidos números da emigração para o ultramar colonial. Entre 1850 e 1890, a média do fluxo para África era de aproximadamente 400 pessoas por ano; na década seguinte, aumentou para cerca de 2 mil¹⁶. A instituição, em 1896, da gratuidade do passaporte para os que se dirigiam ao continente africano e a adoção de uma política mais intensa de concessão de terrenos podem explicar, ao menos em parte, esse acréscimo. Tal fato, no entanto, não impediu o contínuo crescimento da corrente para o Brasil. Iniciado o novo século, a alternativa africana era uma realidade, mas ainda se mostrava aquém das expectativas do governo, comerciantes, industriais e de alguns pensadores e publicistas, mesmo com a supressão, em 1907, do documento de saída para os que tinham as colônias como destino.

A precariedade das linhas de comunicação, as reduzidas oportunidades econômicas oferecidas, a ausência de meios financeiros por parte do Estado para implementar políticas de fixação de colonos e de valorização dos territórios explicam, ao menos em parte, o

¹⁵ Perry Anderson. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 60.

¹⁶ Perry Anderson. *op. cit.*, p. 60. Godinho apresenta números semelhantes ao afirmar que: “no derradeiro quartel do século XIX, apenas meia centena de emigrantes por ano encaminhava-se para a África portuguesa; de 1901 a 1906 foram, em média, pouco mais de 2 mil”. Vitorino Magalhães Godinho. *op. cit.*, p. 38.

pequeno fluxo para Angola e Moçambique¹⁷. Tudo somado, não existia nas colônias portuguesas necessidade de mão-de-obra que possibilitasse a introdução de emigrantes em grande quantidade¹⁸. O destino ultramarino africano começou a consolidar-se somente após 1928-1929, com o fechamento parcial das portas do Brasil, em virtude das restrições à saída de capitais pouco antes da crise de 1929, seguida de limitações à entrada de imigrantes¹⁹. O fim da imigração subsidiada pelo governo paulista, em 1928, também concorreu para a retração da corrente: entre 1926 e 1929, a média anual da entrada de portugueses foi de quase 36 mil; em 1930, baixou para 18.740; a partir do ano seguinte até o início da Segunda Guerra Mundial, alcançou poucas vezes a casa dos 10 mil²⁰.

Apesar de todas essas dificuldades, inclusive as impostas pelo clima adverso, a população branca de Angola passou de menos de 3 mil, nos finais da década de 1860, para cerca de 13 mil às vésperas da Primeira Guerra Mundial; a estimativa para Moçambique, por volta de 1910, era de aproximadamente 11 mil pessoas. Se é certo que, mesmo nesse período, a emigração para África continuava a ser muito menor em relação ao destino americano, difícil negar que as colônias no continente começavam a afetar a vida de toda a gente em Portugal, onde existiam poucas famílias sem ao menos um parente no ultramar²¹.

O governo português nunca abriu mão do controle administrativo e de tentar interferir na emigração. Prova disso foi a manutenção da exigência de passaporte com ônus financeiro²² para aqueles que se propunham a deixar o reino com destino à América, mais especificamente ao Brasil, enquanto que, para a África, o documento passou a ser gratuito e, anos depois, suprimido. No início da década de 1890, com a definição das fronteiras das possessões africanas e a adoção das pautas protecionistas, confirmou-se a opção imperial.

¹⁷ Os efeitos da política colonial, no entanto, muitas vezes refletiram de forma indireta na intensidade do fluxo migratório que dava as costas para a África. Cunha Rato observa que o reino ainda sentia os danosos efeitos da crise econômica internacional da década de 1890, quando o orçamento ultramarino global para 1909-1910 apresentou déficit de 2 mil contos de réis e acabou por debilitar ainda mais as já precárias condições da população. No entender da autora, só isso pode explicar o aumento sem precedentes do fluxo migratório na primeira década do século XX em direção ao Brasil. “Dessa forma, as colônias africanas, que tão caro custavam a Portugal, representavam muito pouco em termos de absorção de emigrantes”. Maria Helena da Cunha Rato. “O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional”. *Análise Social*. Lisboa, v. XIX, n. 77-78-79, 1983. pp. 1125-1126.

¹⁸ Miriam Halpern Pereira. *op. cit.*, p. 87.

¹⁹ Miriam Halpern Pereira. *op. cit.*, p. 120.

²⁰ Cf. Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 142. Tabela 1.9. Em relação à África, os números mais significativos da emigração ocorreriam após a Segunda Guerra, com quase 50% do fluxo total.

²¹ Gervase Clarence-Smith. *op. cit.*, pp. 112-113 e 117.

²² Sobre as despesas com passaporte e outros emolumentos relativos à emigração ver Joaquim da Costa Leite. “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *op. cit.*, pp. 465 e ss.

Os projetos coloniais ganharam contornos mais nítidos, e a nova realidade impôs a necessidade de respostas ainda mais complexas.

A Política Portuguesa de Emigração

São inúmeros os estudos historiográficos sobre a emigração portuguesa enfocando seus aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, especificidades locais, seus reflexos na origem e destino privilegiando, sobretudo, os fluxos para o Brasil²³. Em estudo recente, Halpern Pereira assinala o “notável progresso da historiografia nesse domínio”, mediante “investigação quase paralela de ambos os lados do Atlântico, permitindo confrontar fontes complementares e unir as duas extremidades do mesmo processo”²⁴.

Apesar de grande parte desses estudos destacarem – implícita ou explicitamente – a existência de uma política de emigração portuguesa, são raros aqueles que se debruçaram especificamente sobre o tema. Nesse sentido, o livro de Halpern Pereira, *A política portuguesa de emigração*, e a Tese de Doutorado de Joaquim da Costa Leite, *Portugal and emigration*, merecem destaque pela abordagem global do fenômeno migratório português, discutindo aspectos da conformação dessa política por parte do Estado e por considerar também o destino colonial africano²⁵.

Halpern Pereira assinala que a política portuguesa de emigração reconhecia o papel financeiro e social do êxodo, mas, ao mesmo tempo, procurava inseri-lo no projeto colonial²⁶. Uma melhor compreensão do problema passa, portanto, pela análise das causas do êxodo, da conformação do destino brasileiro, dos efeitos e das repercussões na sociedade de origem, sobretudo em relação à potencialidade econômica da emigração para o Brasil e os interesses coloniais em África.

A vinda de portugueses para o Brasil não se constituía em novidade. Era caminho natural, embora não possa ser caracterizada como emigração *sensu stricto*, ao menos até a independência²⁷. Essa tradição inegavelmente traçou caminhos a serem seguidos por novas

²³ Para uma relação dos trabalhos publicados nas décadas de 80 e 90, que, no entanto, não se pretende exaustiva, ver Miriam Halpern Pereira. *op. cit.*

²⁴ Miriam Halpern Pereira. “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”. In Fernando de Sousa; Ismênia Martins; Conceição Meireles Pereira (orgs.). *A emigração portuguesa para o Brasil. op. cit.*, p. 41.

²⁵ Miriam Halpern Pereira. *op. cit.*; Joaquim da Costa Leite. *Portugal and emigration, 1855-1914*. Tese de Doutorado. Nova York: Columbia University, 1994.

²⁶ Miriam Halpern Pereira. *op. cit.* p. 86.

²⁷ Apoiado na historiografia sobre o tema, Venancio assinala que durante os dois primeiros séculos de colonização desembarcaram cerca de 100 mil portugueses no Brasil. Renato Pinto Venancio. “A imigração portuguesa, 1822-1930”. *Oceanos*. Lisboa, v. 44, 2000. p. 61.

levas. No século XVIII, o movimento mais importante em termos numéricos e econômicos ocorreu por conta da descoberta e exploração das regiões das minas, que além dos deslocamentos internos, incentivaram, em Portugal, a formação de uma grande corrente migratória espontânea²⁸. Movimento mensurado por Godinho ao assinalar que a corrida ao ouro brasileiro avolumou o fluxo português que, durante o século XVII, fora de 2 mil emigrados por ano, para a média de 8 a 10 mil entre 1700 e 1760, totalizando a saída de cerca de 600 mil portugueses. Os anos restantes, até 1808, assistiram a uma emigração anual de cerca de 3 mil pessoas, que aumentou em resposta às invasões napoleônicas e à transferência da corte para o Rio de Janeiro²⁹.

Jorge Alves observa que, a partir da segunda metade do século XIX, diferenciaram-se para a emigração portuguesa dois destinos sócio-econômicos. Um, constituído por jovens solteiros, de forte raiz tradicional, ligado aos laços familiares e de vizinhança e ao fato de os portugueses dominarem certos setores do mercado de trabalho urbano, tanto o grande comércio de origem colonial quanto o pequeno, e ainda manterem posições importantes na construção civil, na organização bancária e nos transportes³⁰. Outro, formado por jovens e famílias de agricultores, ligado aos trabalhos no meio rural, mercado geralmente ocupado por indivíduos sem qualificação profissional, que chegavam ao Brasil via contratos com particulares apoiados pelo governo³¹.

²⁸ Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. pp. 91-92. Segundo o economista: “Não se conhecem dados precisos sobre o volume da corrente emigratória que, das ilhas do Atlântico e do território português, se formou com direção ao Brasil no decorrer do século XVIII. Sabe-se, porém, que houve alarme em Portugal, e que se chegou a tomar medidas concretas para dificultar o fluxo migratório”.

²⁹ Vitorino Magalhães Godinho. *op. cit.*, pp. 43-44. Russel-Wood observa que o período de 1697 a 1760 testemunhou a mais intensa emigração de Portugal e das ilhas atlânticas que teve lugar em toda sua história, provocada pela descoberta de ouro aluvial na região do Rio das Velhas e pelas subseqüentes descobertas em Goiás e Mato Grosso. A. J. R. Russel-Wood. “A emigração: Fluxos e destinos”. In Francisco Bethencourt; Chaudhuri, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. v. 3. p. 163.

³⁰ Esse tipo de emigração era característico do norte de Portugal. Jorge Fernandes Alves. *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Tese de Doutorado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

³¹ Durante muito tempo foi possível falar de uma emigração até certo ponto privilegiada, destinada a segmentos importantes do mercado brasileiro, à qual se juntou a de intelectuais em busca de oportunidades ou exílio político. Por outro lado, existiam aqueles que viam o Brasil como chance de melhoria de vida, mas não possuíam nenhum apoio na partida ou chegada e eram atraídos por engajadores ligados às agências de imigração brasileiras ou companhias de navegação subsidiadas. Outra questão importante era o serviço militar, que durava até seis anos, e podia ser contornado com apresentação de substituto ou pagamento para remissão da obrigação. Sem dinheiro, as famílias mais pobres enviavam cedo seus filhos para o Brasil para escaparem do recrutamento. Jorge Fernandes Alves. “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”. *op. cit.*

Por outro lado, Alencastro identifica um grupo formado por proletários urbanos e rurais, originário das ilhas e do continente, que chegaram ao Brasil, mais especificamente ao Rio de Janeiro, após o fim do tráfico negreiro. O historiador volta sua atenção aos chamados “engajados”, geralmente açorianos que sem recursos financeiros comprometiam-se a saldar as dívidas de passagem e alimentação mediante contratos de trabalho. Assim, o comandante do navio tornava-se o proprietário da força de trabalho do imigrante, geralmente vendida a um terceiro como forma de compensação³².

Iniciada a política paulista de imigração subsidiada, o perfil característico do emigrante – jovem e solteiro – ganhou a companhia de famílias de agricultores, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX. Renato Venâncio constatou que, entre os imigrantes portugueses que chegavam ao Brasil, ocorreu aumento do número de casais e de crianças com menos de 14 anos de idade a partir da década de 1870³³. Joel Serrão também acredita que, a partir de meados do século XIX, ocorreu mudança no “modelo de emigração portuguesa destinada ao Brasil” para uma “experiência migratória nova”, condicionada essencialmente pela conjuntura brasileira de necessidade de mão-de-obra e facilitada pela melhoria das condições de transporte³⁴. No entanto, o historiador, ao preocupar-se com as novas necessidades das lavouras da ex-colônia e com as estratégias para supri-las, não parece dar o devido peso à conjuntura sócio-econômica e aos limites de Portugal – colocados à prova nas últimas décadas do século – que favoreceram o recrutamento de famílias dispostas a emigrar.

Preocupação presente em Villaverde Cabral ao afirmar que foi no último quartel do século XIX que a emigração maciça e popular se tornou uma constante estrutural da vida social e econômica de Portugal. Expressão direta da crise e da instabilidade da economia de subsistência que arrastaram as camadas mais pobres do campesinato e da pequena produção

³² Luiz Felipe de Alencastro. “Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 21, 1988. pp. 35-36.

³³ Renato Pinto Venancio. “A imigração portuguesa, 1822-1930”. *op. cit.*, p. 64. Volpi Scott afirma que no contexto da imigração subsidiada, o perfil do imigrante português transformou-se muito, cedendo lugar ao caudal de imigrantes menos preparados. Esse fluxo era formado em sua maioria, por indivíduos jovens, que viajavam sós, provenientes de camadas mais humildes. Ana Silvia Volpi Scott. “Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1930”. *Oceanos*. Lisboa, v. 44, 2000. p. 138. A historiadora, no entanto, parece não atentar para as exigências da política paulista de imigração subsidiada, cujo objetivo principal era trazer famílias de agricultores para os serviços da lavoura.

³⁴ Joel Serrão. *Temas Oitocentistas – I. Para a história de Portugal no século passado*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980. pp. 171-173.

artesanal rural, gente que partia sem nenhum tostão, não para colonizar, mas em busca de capitais que empreguem sua força de trabalho³⁵.

Oliveira Martins, em 1893, já associava as maiores taxas de participação de mulheres e crianças no êxodo aos graves problemas econômicos nas províncias de origem³⁶. A crise agrícola do final dos anos de 1880 desencadeou não apenas a aceleração da emigração, mas, em certa medida, uma alteração qualitativa do fluxo, com maior presença de famílias. As estatísticas são limitadas e proporcionam somente indícios dessa mudança. Halpern Pereira chama atenção para a maior participação de mulheres e crianças nesse período: na década de 1890, a parcela feminina representava 26%, o dobro da registrada até aquele momento, chegando a 32% entre 1910-1919; para o período de 1891-1899, 41% das mulheres eram casadas e 32% eram menores de 14 anos; taxas que caíram, respectivamente, para 36% e 26% em 1910-1919. Segundo a autora, essa emigração familiar representava parte significativa desde a segunda metade dos anos 80³⁷.

Os números apresentados por Klein evidenciam certa tendência à diminuição da relação entre os sexos (H/M), cuja expressão mínima encontra-se entre os anos de 1895-1899 e 1910-1914, com exceção do quinquênio de 1905-1909 – ou seja, o crescimento da participação feminina no fluxo³⁸. No mesmo sentido, nota-se a maior presença relativa de crianças, cujo ápice (16,3%) foi atingido em 1895-1899.

Klein apontou, ainda, duas variações distintas quanto à cartografia da emigração portuguesa: o continente e as ilhas. Madeira e Açores mantiveram em geral taxas migratórias superiores às do continente e com maior diversidade. Os Estados Unidos foram o principal destino insular, sobretudo para os açorianos, que constituíram cerca de 65% a 70% dos emigrados; a distribuição dos madeirenses foi mais equilibrada: aproximadamente metade seguiu para a América do Norte, enquanto os demais se dirigiram ao Brasil³⁹.

Em relação à porção continental, o noroeste do país, onde existia elevada densidade demográfica, constituiu-se na principal área de emigração. Nota-se, ainda, que a expansão territorial acompanhou o aumento do fluxo. A partir de um núcleo restrito da cidade do

³⁵ Manuel Villaverde Cabral. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 3ª. ed. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981. p. 306.

³⁶ J. P. Oliveira Martins. “A emigração portuguesa”. *Fomento rural e emigração* (1893). 3ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

³⁷ Miriam Halpern Pereira. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. *op. cit.*, pp. 117-118.

³⁸ Herbert S. Klein. “A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXVIII, n. 121, 1993.

³⁹ Herbert S. Klein. *op. cit.*, p. 237.

Porto e seus arredores, a corrente migratória espalhou-se por área cada vez mais vasta, enquanto o fenômeno tornava-se mais complexo, atraindo grupos de emigrantes cada vez mais diversificados.

Costa Leite relaciona a expansão geográfica do fluxo à estrutura fundiária e às condições econômicas do campo. A atração migratória espalhou-se pelo noroeste nas áreas de pequena propriedade baseada na produção de milho, onde parte significativa da população podia mobilizar recursos e enviar seus filhos, geralmente jovens e solteiros, para o Brasil na tentativa de preservar o essencial das estruturas de família e propriedade. Nas terras de centeio do nordeste, onde a emigração tardou mais a chegar, a relativa pobreza dos solos e outros aspectos sociais, implicaram na decisão de emigrar com a família, ou seja, ao contrário do típico movimento do noroeste, a perspectiva de retorno era mínima. No sul, a existência do latifúndio era testemunha da maior polarização social e econômica que reproduzia as camadas mais pobres que, sem recursos, eram as principais interessadas em abandonar o país na expectativa de melhora de vida⁴⁰.

O Estado não ficou inerte a toda essa movimentação. Interesses eram contrariados, enquanto novos surgiam e se associavam àqueles já existentes na defesa da emigração. Nesse sentido, as vicissitudes da política migratória portuguesa refletiram essa situação. Autores como Halpern Pereira e Jorge Alves sublinham a tradição repressiva de contenção da emigração que prevaleceu ao menos até a década de 1870 devido, sobretudo, à forte influência de importantes grupos agrários temerosos com a ameaça de redução da mão-de-obra disponível e do conseqüente aumento dos salários no campo⁴¹.

A liberdade de emigrar foi consagrada na Constituição de 1838 que, no entanto, relegou-a a posterior regulamentação⁴². Foram exatamente as leis complementares, com seu caráter policial, que procuraram restringir a expatriação. Afonso Costa observou que a legislação sobre o assunto era toda inspirada no critério proibitivo da emigração: de forma

⁴⁰ Joaquim da Costa Leite. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In Boris Fausto (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América latina*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000. pp. 192-193.

⁴¹ Miriam Halpern Pereira. *op. cit.*; Jorge Fernandes Alves. “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”. *op. cit.* Para uma posição mais matizada em relação à repressão, ver Joaquim da Costa Leite. “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *op. cit.* e *Portugal and emigration, 1855-1914. op. cit.*

⁴² “Todo o Cidadão pode conservar-se no Reino, ou sair dele e levar consigo os seus bens, uma vez que não infrinja os regulamentos de polícia, e salvo o prejuízo público ou particular” (art. 12º). *Apud* Joaquim da Costa Leite. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. *op. cit.*, p. 179.

direta quanto à que se fazia clandestinamente e, de forma indireta, por meio de passaportes, imposições e taxas, em relação ao fluxo legal⁴³.

Segundo Costa Leite, as leis de 20 de julho de 1855 e 31 de janeiro de 1863 regulamentaram as condições de transporte e de contratação de emigrantes – uma forma de reprimir os agentes clandestinos acusados, dentre outros delitos, de incitar à emigração. Estabeleceram as condições de emissão de passaporte tendo como base princípios gerais de autoridade, a defesa paternalista do emigrante contra abusos e a questão do serviço militar⁴⁴. Anos mais tarde, pela lei de 03 de julho de 1896, foi criada a polícia da emigração, cujo objetivo tácito era reprimir o fluxo clandestino e seus engajadores; essa mesma lei reconhecia a existência de agências de emigração que, legalizadas, deveriam pagar imposto.

Foram, aliás, como assinala Costa Leite, os executores dos serviços ligados à emigração que, incitando ou mesmo acompanhando a evolução do fluxo migratório, não deixaram de aproveitar o momento para auferir lucros e crescer de forma substancial em terras portuguesas. O serviço militar obrigatório e a exigência de passaporte condicionavam as saídas, abrindo caminho para agentes que, colocando-se entre o potencial emigrante e a burocracia, se propunham a ajudá-lo a cumprir ou contornar a lei⁴⁵.

Portugal em África

Com o desmembramento do império português na América – processo iniciado em 1808, com a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos a outras nações, e finalizado, em 1822, com a Independência do Brasil – as possessões em África passaram da periferia para o centro do projeto colonial⁴⁶. O principal objetivo era fomentar as relações comerciais entre colônias e metrópole, tendo como padrão as experiências desenvolvidas em terras americanas no passado recente. Valentim Alexandre assinala que, já em 1824, formularam-se os primeiros projetos de colonização, sobretudo

⁴³ Afonso Costa. *Estudos de economia nacional: o problema da emigração*. Lisboa, 1911. Apud Joaquim da Costa Leite. “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *op. cit.*, p. 464.

⁴⁴ Joaquim da Costa Leite. “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *op. cit.*, p. 466.

⁴⁵ Joaquim da Costa Leite. “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *op. cit.*, p. 381.

⁴⁶ Os efeitos econômicos da perda do Brasil é tema de caloroso debate na historiografia portuguesa, especialmente entre Pedro Lains e Valentim Alexandre. Um balanço dessa polêmica, em que os dois autores defendem posições antagônicas, encontra-se publicado na revista *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n. 3, 1989 e n. 5, 1991. No Brasil, em estudo recente baseado nas balanças de comércio, Jobson Arruda mostra o impacto negativo na economia portuguesa com a abertura dos portos brasileiros em 1808, que perduraria após a independência. José Jobson de Andrade Arruda. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

para Angola, baseados no fomento da relação direta entre colônias e metrópole, através da supressão ou redução de tarifas comerciais e do aumento das carreiras para facilitar o tráfico. Planos que, na verdade, refletiam a vulnerabilidade portuguesa no continente⁴⁷.

Colonizar as possessões em África, no entanto, era um empreendimento inédito, com características distintas e que demandava uma nova política colonial. Ao mesmo tempo, Portugal atravessava momentos de instabilidade interna com a disputa entre liberais e absolutistas, finalizada em 1834, com a vitória dos primeiros⁴⁸. A partir de então, segundo Valentim Alexandre, buscou-se transformar radicalmente a economia das colônias através do projeto elaborado por Sá da Bandeira. O ponto de partida seria a abolição do tráfico de escravos pelo Atlântico – com o objetivo de desviar os capitais nele empregados para as atividades produtivas – e o início da ocupação efetiva de áreas estratégicas, como o litoral do Congo. A produção de gêneros tropicais contaria com os braços antes exportados e entraria no circuito do comércio mundial, via metrópole. Além disso, a concessão de isenção fiscal nas trocas com os domínios ultramarinos, a proteção à marinha mercante portuguesa e a reforma da administração colonial criariam condições para a consolidação da economia do império. Em suma, a expansão ultramarina seria a base para o desenvolvimento do capitalismo nacional, reforçando a posição de Portugal entre as potências europeias⁴⁹.

Como observa Alexandre, tratava-se de um conjunto de ideias coerentes, mas o projeto de Sá da Bandeira, no entanto, encontrou forte resistência dentro dos territórios coloniais, sobretudo por parte da poderosa rede ligada ao comércio de escravos, vindo a fracassar integralmente. Foi somente após o fim do tráfico negreiro no Brasil e o conseqüente rompimento do principal elo econômico entre os dois lados do Atlântico sul, que o programa pôde ser aplicado, porém, ainda sem grandes resultados⁵⁰. A grande exceção foi a ilha de São Tomé onde, a partir da década de 1850, desenvolveram-se grandes lavouras de café e cacau para exportação com base na mão-de-obra escrava. Fruto, segundo Alexandre, da presença do capital de grandes negreiros, que se retiraram do tráfico e obtiveram concessões de terras para onde transferiram seus escravos de Angola⁵¹. Ou

⁴⁷ Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. op. cit., p. 34.

⁴⁸ Sobre a instabilidade política de Portugal na primeira metade do século XIX e suas conseqüências ver Miriam Halpern Pereira. *Revolução, finanças, dependência externa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

⁴⁹ Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas*. op. cit., p. 139.

⁵⁰ Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. op. cit., pp. 46-47.

⁵¹ Valentim Alexandre. op. cit., p. 53.

seja, concretizando um dos principais objetivos do projeto de Sá da Bandeira: subordinar o comércio de escravos à produção.

No final da década de 1860, a grave crise financeira e as desastrosas campanhas militares de ocupação de Angola e Moçambique – tão necessárias para Portugal exercer sua soberania e garantir o fechamento dos mercados coloniais à concorrência estrangeira – colocaram em cheque os planos de conquista e abriram espaço para uma política alternativa defendida por Andrade Corvo. Clarence-Smith e Valentim Alexandre identificam em suas ações e ideias uma política liberalizante que visava modernizar os processos de exploração colonial. Em seu entendimento, Portugal desfrutaria economicamente do império somente se adotasse um conjunto de medidas para reduzir as pautas protecionistas, incentivar investimentos de capitais estrangeiros e fomentar a autonomia administrativa das colônias. Nesse sentido, decretou-se, em 1875, a abolição do trabalho escravo nas colônias e foram acordados vários empréstimos no exterior com o intuito de financiar a infra-estrutura, pois, na visão do então ministro do Ultramar, somente com vias de comunicação, sobretudo estradas de ferro, seria possível estimular as atividades produtivas nas possessões africanas⁵².

O estudo de Clarence-Smith mostra que, na década de 1890, o comércio com o ultramar, mesmo com a melhora em resposta à supressão das barreiras protecionistas, continuou a representar pequena porcentagem do total do movimento português – somente a plantação para exportação de café e cacau na ilha de São Tomé apresentava êxito⁵³. Os laços econômicos com a metrópole, no entanto, como assinala José Capela, fortaleceram-se, sobretudo nos setores interessados nas atividades coloniais⁵⁴. A esse quadro, deve-se somar, na década de 1880, o movimento europeu em direção à partilha do continente africano, fator fundamental, na ótica de Valentim Alexandre, para a configuração definitiva do império português em África⁵⁵.

Nesse sentido, o historiador observa que as “causas gerais” que impeliram Portugal a acelerar o movimento de ocupação de Angola e Moçambique também explicam a rápida divisão do continente africano: o desenvolvimento do capitalismo acompanhado pelo

⁵² Gervase Clarence-Smith. *O Terceiro Império português (1825-1975)*. *op. cit.*, p. 67; Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas*. *op. cit.*, p. 150.

⁵³ Gervase Clarence-Smith. *op. cit.*

⁵⁴ José Capela. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975.

⁵⁵ Valentim Alexandre. *op. cit.*, p. 235.

progresso técnico – ligado ao transporte, comunicações, armamentos, mas também à melhoria das condições de salubridade – e a desagregação dos sistemas políticos africanos tradicionais minados pela crescente influência dos fluxos mercantis externos. Tudo isso, tendo como pano de fundo a inabalável crença na superioridade da civilização ocidental e na sua missão civilizadora⁵⁶.

Seguindo esse raciocínio, Alexandre acrescenta outro ingrediente, de cunho não-econômico, ao processo de sedimentação ideológica do império como símbolo dos valores nacionais: a intensificação do popular nacionalismo anti-britânico – já presente durante a apresentação do tratado de Lourenço Marques ao parlamento, em 1881 – provocada pelo *ultimatum* inglês de 1890, na medida em que se impuseram limites às pretensões colonialistas portuguesas na África: as territoriais – unir por terra Angola e Moçambique – e as comerciais – livre navegação no rio Zambeze⁵⁷.

Definidas as fronteiras após o tratado de 1891, o governo português preocupou-se em tentar transformar sua soberania formal sobre as colônias africanas em controle político e econômico, recorrendo à ocupação militar. A falta de recursos e a resistência das populações nativas, no entanto, levaram a um domínio frágil e limitado a algumas posições estratégicas. Seria necessária uma política de financiamento que permitisse ao reino sustentar os gastos para empreender o controle de fato de suas contestadas possessões no continente africano. A partir de 10 de maio de 1892, com a decretação da nova Pauta Aduaneira, foi possível angariar recursos que viabilizaram, por exemplo, a campanha vitoriosa na Guerra de Pacificação de Moçambique entre 1894-1895.

O mecanismo da nova Pauta Aduaneira era simples: altamente protecionista, onerava as importações de produtos estrangeiros nas colônias e reduzia taxas para as mercadorias da indústria portuguesa ou mesmo daquelas que passassem antes pelos portos da metrópole – estratégia antiga, que beneficiava a burguesia mercantil, sobretudo de Lisboa. A partir de então, como se depreende dos dados de Clarence-Smith, a reexportação de produtos coloniais – cacau, borracha, café – ganhou inédito relevo até a década de 1910,

⁵⁶ Valentim Alexandre. *op. cit.*, p. 236.

⁵⁷ Cf. Valentim Alexandre. “A política colonial em finais de Oitocentos: Portugal e a sacralização do império”. *Velho Brasil, novas Áfricas. op. cit.*

correspondendo, em média, à metade do comércio total do império e, ao lado das remessas dos emigrantes “brasileiros”, ajudou a combater o déficit da balança de pagamentos⁵⁸.

Além da obtenção de recursos, o objetivo da medida era o de favorecer a indústria, o comércio e a marinha nacional. Valentim Alexandre e Halpern Pereira assinalam que foi à sobra da pauta protecionista que se desenvolveu a exportação de produtos manufaturados para as colônias africanas. As vendas de tecidos de algodão para África cresceram significativamente na década de 1890, potencializadas, inclusive, pelo surto da borracha em Angola, onde esses têxteis entravam no circuito mercantil como moeda de troca. Esse bom momento durou até a primeira década do novo século e somente as exportações de vinho para o ultramar atingiram relevo semelhante⁵⁹.

Por outro lado, os empreendimentos de vulto obrigaram o governo português a abrir suas colônias ao capital externo, através da concessão de grandes territórios a companhias estrangeiras, como no caso da Companhia de Moçambique, em 1891, ou então por meio de contratos para construção da infra-estrutura local, principalmente estradas de ferro, sinal claro do atraso de seu capitalismo⁶⁰.

Para Valentim Alexandre, a partir da última década do Oitocentos, consolidou-se no império português em África a implantação de um aparelho colonial moderno ancorado em um projeto político definido em nível de Estado e nos interesses de grupos mercantis, industriais e financeiros metropolitanos. A antiga função de entreposto comercial de mercadorias nativas e escravos foi substituída para dar origem, em Angola e, de modo mais modesto, em Moçambique, a um sistema produtivo baseado na economia de plantação, na pequena produção e na mineração⁶¹.

Na mesma linha de pensamento, José Capela acredita que as pautas de 1892 permitiram a conquista de mercados para a produção portuguesa na África colonial, constituindo-se no ponto de partida para a aceleração de uma exploração colonial que, a

⁵⁸ “Entre 1905 e 1915, a média anual do déficit comercial de Portugal elevou-se a uns 30 mil contos. Este ‘buraco’ foi preenchido pelas remessas do Brasil, que se elevaram a cerca de 17 mil contos por ano e pelas reexportações coloniais, que totalizaram os restantes 13 mil contos”. Gervase Clarence-Smith. *op. cit.*, p. 90. Segundo António Telo, ao final do século XIX, o Império representava 3% das importações de Portugal e absorvia mais de 10% das exportações. No início da República, os valores passaram, respectivamente, para 4% e 15%. Em vinte anos, a importância do mercado colonial no comércio externo português triplicou. António José Telo. *Economia e Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. p. 208.

⁵⁹ Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. *op. cit.*, p. 63. Sobre as exportações de vinho ver Miriam Halpern Pereira. *Livre câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

⁶⁰ Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas*. *op. cit.*, p. 158

⁶¹ Valentim Alexandre. *op. cit.*, p. 161 e *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. *op. cit.*

partir de então, tomaria o sentido da exacerbação do colonialismo econômico: obtenção das matérias-primas coloniais pela metrópole com preços impostos por esta e colocação nas colônias dos excedentes da produção metropolitana⁶².

Sentido que, se não correspondeu exatamente aos projetos traçados pela metrópole, certamente foi engendrado diante dos problemas estruturais resultantes da capacidade limitada do país em criar novas formas de inserção no sistema econômico internacional.

Emigração, Capitalismo e Império

De maneira geral, a historiografia tem apontado que a transformação da sociedade portuguesa de Antigo Regime em uma sociedade capitalista dependente teve lugar no século XIX, mais precisamente entre 1820 e 1890. Essas reflexões aparecem nos estudos de Villaverde Cabral, Halpern Pereira, Joel Serrão e José Tengarrinha⁶³, que identificam mudança fundamental nesse período: a transferência do poder político da classe senhorial para a burguesia, a que sucedeu o crescente controle da atividade econômica pelo capital⁶⁴.

Nesses anos, a expansão na África jogou papel importante nas expectativas e na configuração de um modelo de desenvolvimento da sociedade portuguesa. Valentim Alexandre observa que na sua base existia a consciência do atraso do capitalismo português em relação a outros países da Europa, mas também a convicção de que as colônias teriam importante papel na sua superação. No início, as inevitáveis comparações com o Brasil e os relatos de riquezas vindos da África criaram expectativas de uma rápida acumulação e de resultados econômicos favoráveis ao reino; mais à frente, novos projetos visavam transformar as colônias em fornecedoras de matérias-primas e em mercados reservados à metrópole⁶⁵.

Halpern Pereira lembra que, no início da década de 1890, no entanto, o eixo fundamental do tipo de desenvolvimento capitalista adotado e a nova expansão iniciada

⁶² José Capela. *op.cit.*, p. 172.

⁶³ Manuel Villaverde Cabral. *op. cit.*; Miriam Halpern Pereira. *Revolução, finanças, dependência externa. op.cit.*; Joel Serrão. *Emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977; José Tengarrinha. “A crise do final do Antigo Regime”. In Sérgio Campos Matos (org.). *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa* (6 e 7 de dezembro de 2001). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002. pp. 25-32.

⁶⁴ Essa transição encontra sua melhor definição em Florestan Fernandes: “Ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, a sociedade desenvolve uma ordem social típica, que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico, inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Essa ordem social tem sido designada (...) como **ordem social competitiva**”. Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 179 (grifo do autor).

⁶⁵ Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. *op. cit.*, p. 70.

com a reconstrução dos projetos colonialistas, então voltados para a África encontravam-se ameaçados por outros países⁶⁶. Fatores externos que, juntamente com as limitações inerentes ao desenvolvimento descompassado em relação às principais economias europeias, forneceram estreita margem de manobra para Portugal elaborar e colocar em prática sua política colonial, na qual os fluxos migratórios não foram deixados de lado.

A historiadora aponta para três preocupações que orientaram a política migratória portuguesa a partir de década de 1870 até 1930: manter a corrente de divisas provenientes do Brasil, conseguir simultaneamente deslocar para suas colônias na África parte dos emigrantes indispensáveis à implantação de sua administração, e conciliar esses dois objetivos com as necessidades de mão-de-obra dos grandes proprietários de terras e do setor industrial⁶⁷.

A emigração portuguesa é apontada por Halpern Pereira como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo no país. No entanto, essa corrente humana acabou contribuindo, por meio das economias remetidas pelos “brasileiros”, para equilibrar o passivo da balança de pagamentos⁶⁸. Papel semelhante tiveram as exportações dentro do Terceiro Império colonial que, se possuía conotação econômica – segundo Clarence-Smith – também era expressão da tentativa de afirmação de Portugal perante si e o mundo – como defende Valentim Alexandre. Cabem aqui, portanto, o poder de síntese das palavras de Lincoln Secco, ao assinalar que o início do Terceiro Império colonial português foi marcado pela perda da América portuguesa, que foi, desde então, procurada na África (Novo Brasil), quando na verdade só se desejava buscar a Europa⁶⁹.

Nesse sentido, não se pode deixar de lado o peso das possessões africanas e do projeto imperial português para se investigar de forma mais completa a importância da emigração como instrumento de desenvolvimento econômico, no que tange à colonização e conquista de novos mercados, dentro das estreitas limitações do reino ibérico. Ou seja, uma tentativa de integrar a história da emigração e do colonialismo português ao conjunto da evolução econômica, social e política do país.

⁶⁶ Miriam Halpern Pereira. *Revolução, finanças, dependência externa. op. cit.*, pp. 2-3.

⁶⁷ Miriam Halpern Pereira. *A política portuguesa de emigração (1850-1930). op. cit.*, p. 86.

⁶⁸ Miriam Halpern Pereira. *op. cit.*, p. 23.

⁶⁹ Gervase Clarence-Smith. *op. cit.*; Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas. op. cit.*; Lincoln Secco. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004. p. 25.

A emigração portuguesa para o Brasil emergiu como consequência do problema da estrutura fundiária associada a excedentes demográficos, mas também ganhou força através do “mito do retornado”. Com a perda de espaços coloniais e os constantes déficits na balança comercial, as remessas dos “brasileiros” representaram importantes aflusos para as finanças do Estado.

Em fins do século XIX, diante das tentativas do governo português de articular economicamente o império e buscar melhor inserção no concerto das nações na Europa, ganharam força as propostas de desviar ao menos parte desse contingente para as colônias ultramarinas, onde o domínio político e econômico exigia a presença de colonos e de pessoal administrativo e militar.

O projeto colonial impôs, portanto, um dilema: décadas após a perda da mais importante colônia do Atlântico, a alternativa africana surgia no horizonte opondo, em certa medida, os tradicionais interesses individuais da emigração aos interesses coloniais da nação. No entanto, ambos deveriam ser conciliados em nome do projeto para resgatar o suposto prestígio político e econômico, simbolizado pela afirmação do Império colonial português.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 21, 1988. pp. 30-56.
- ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Tese de Doutorado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.
- ALVES, Jorge Fernandes. “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”. *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, recontos*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001. pp. 113-128.
- ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Tradução de Eduardo de Almeida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. “A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização”. In SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; PEREIRA, Conceição Meireles (orgs.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES; Afrontamento, 2007. pp. 13-40.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

- BAGANHA, Maria Ioannis B. “Uma Imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXVI, n. 112-113, 1991. pp. 723-739.
- BAINES, Dudley. *Emigration from Europe, 1815-1930*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan, 1991.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1998-2000. 5 v.
- CABRAL, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 3ª. ed. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Terceiro Império português (1825-1975)*. Tradução de Maria João Pinto. Lisboa: Teorema, 1985.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América latina*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.
- GOULD, J. D. “European inter-continental emigration 1815-1914: patterns and causes”. *The Journal of European Economic History*. Roma, v. 8, n. 3, 1979. pp. 593-679.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital, 1848-1875*. 5ª. ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KLEIN, Herbert S. “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXVIII, n. 121, 1993. pp. 235-265.
- LEITE, Joaquim da Costa. “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXIII, n. 97, 1987. pp. 463-480.
- LEITE, Joaquim da Costa. *Portugal and emigration, 1855-1914*. Tese de Doutoramento. Nova York: Columbia University, 1994.
- LEITE, Joaquim da Costa. “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXXI, n. 136-137, 1996. pp. 381-396.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MACKENZIE, John M. *The partition of Africa, 1880-1900*. (Lancaster Pamphlets). Londres: Methuen & Co., 1983.
- MATOS, Sérgio Campos (org.). *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa (6 e 7 de dezembro de 2001)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

- RATO, Maria Helena da Cunha. “O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional”. *Análise Social*. Lisboa, v. XIX, n. 77-78-79, 1983. pp. 1121-1129.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. *Espanhóis hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Editorial, 1988.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1930”. *Oceanos*. Lisboa, v. 44, 2000. pp. 126-142.
- SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SÉRGIO, António. *Obras Completas. Ensaios*. t. II. Lisboa: Sá da Costa, 1972.
- SERRÃO, Joel. *Emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- SERRÃO, Joel. *Temas Oitocentistas - I. Para a história de Portugal no século passado*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- TELO, António José. *Economia e Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- VENANCIO, Renato Pinto. “A imigração portuguesa, 1822-1930”. *Oceanos*. Lisboa, v. 44, 2000. pp. 60-66.